



## Setorial de Saúde- PSOL DF



Saúde é uma das principais demandas no Brasil e no Distrito Federal, seja em pesquisas de opinião, seja em qualquer roda de conversa que se faça com a população. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um projeto revolucionário e representa um enorme salto civilizatório para o Brasil. Ainda assim, temos muito o que fazer para fortalecê-lo.

Fundado em 2017, o Setorial de Saúde visa oferecer contribuições técnicas, programáticas e estratégicas ao PSOL, instrumentalizar mandatos e candidaturas, fortalecer a reforma sanitária e movimentos populares. Setoriais são fundamentais para um partido vivo, aberto, democrático e militante.

Entendemos que saúde não é apenas ausência de doenças ou acesso a serviços, mas também produto de relações sociais e de produção entre as classes. Os determinantes sociais influenciam a saúde, tais como fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos, comportamentais e elementos como moradia, alimentação, escolaridade, renda, emprego. A saúde e a doença são processos individuais e também coletivos. O princípio do Ubuntu africano “sou porque somos” e o princípio indígena do “bem viver” dizem que uma sociedade só é saudável se podemos todos viver bem e que a saúde do ambiente e da sociedade estão profundamente ligados.

**No Brasil de Bolsonaro e Mandetta**, assistimos a um governo excludente e violento, que gera sofrimento na população e desmonta as políticas públicas de saúde. O elitismo, o reforço às opressões e a perseguição àqueles que são excluídos politicamente se fazem notar em cada ação do Ministério da Saúde.

O desemprego e a precarização do trabalho, a perseguição às diferentes formas de viver, a redução no bolsa família geram dor e sofrimento. A miséria e a fome voltam a assolar o país. A Emenda Constitucional 95, também chamada de emenda da morte, congelará por 20 anos os investimentos em educação, assistência social e saúde. Como sabemos, o SUS é subfinanciado desde sua criação e enquanto a EC 95 não for derrubada não haverá solução estrutural para a saúde pública brasileira.

A privatização dos serviços, tara do ministro ultraliberal Paulo Guedes, quer concentrar ainda mais os poucos recursos públicos na mão dos super ricos. O debate sobre planos de saúde populares continua querendo empurrar um modelo que se mostrou falido nos EUA. A perseguição aos servidores públicos se faz presente na recém criada Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária em Saúde (ADAPS), que terceiriza a contratação de servidores, buscando o fim dos concursos e enfraquecendo os serviços públicos existentes.

O machismo institucional diz que as mulheres não podem opinar sobre seus corpos nos serviços de saúde (impossibilitadas de fazerem recusa terapêutica) e devem se calar, mesmo quando são vítimas de violência obstétrica (termo proibido pelo Ministério da Saúde). A LGBTfobia é incentivada socialmente, já que o Ministério suspendeu políticas, campanhas e até mesmo estudos epidemiológicos são proibidos de serem publicados.

Pessoas em sofrimento psíquico estão diante da ameaça da volta dos manicômios, do fortalecimento das comunidades terapêuticas (aquelas das conversões religiosas forçadas), colocando anos de reforma psiquiátrica em risco. Indígenas são ameaçados de rebaixamento do Subsistema de Saúde Indígena.

Pra Mandetta e seu Secretário, o serviço de saúde se resume à atuação da médica e da enfermeira, desconsiderando a atuação das equipes multiprofissionais. Após acabar com a política de Agentes Comunitários de Saúde na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017, o Ministério decidiu suspender o financiamento dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASFs), que incluíam psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais na atenção primária. Assim, atacam a integralidade do SUS.

A participação e controle social também estão sob ataque. Todas essas ações foram feitas à revelia de aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde.

**No Distrito Federal**, o governador Ibaneis Rocha parece comprometido com os mesmos princípios de Bolsonaro e Mandetta: o elitismo, o reforço às opressões e a perseguição àqueles que são excluídos politicamente.

Ônibus com passagens aumentando e qualidade piorando, assistência social estrangulada, aumento vertiginoso de pessoas em situação de rua, escolas sob intervenção militar.

Assistimos ao maior estelionato eleitoral da história do Distrito Federal. A privatização do SUS se tornou a obsessão de Ibaneis. Depois de passar a campanha eleitoral inteira prometendo que iria acabar com o instituto Hospital de Base, a primeira ação do governador foi tentar repassar todos os hospitais regionais e UPAS para o Instituto, que mudou o nome para Instituto de Gestão Estratégia em Saúde do Distrito Federal (IGES-DF). Essa decisão é frontalmente contrária às deliberações do Conselho Distrital de Saúde, contrárias à terceirização.

Terceirização e privatização vêm se provando opções equivocadas em todo o Brasil. Em Goiânia, o Ministério Público recomendou o rompimento do contrato com a Organização Social que administra o Hospital de Urgências. No Rio de Janeiro, atrasos de salários, serviços sendo fechados, filas aumentando e pessoas morrendo por falta de atendimento.

O IGES-DF está já cercado de suspeitas. São denúncias por compras com sobrepreço, irregularidades na seleção de profissionais. Além disso, o Instituto não quer se submeter às fiscalizações previstas, não presta contas

adequadamente ao Conselho de Saúde do DF e aos demais órgãos de controle.

O Instituto é nefasto em diversos outros aspectos. Suga recursos da Secretaria de Saúde e de Emendas Parlamentares que poderiam ir para Atenção Primária ou para os hospitais regionais. Para 2020, o orçamento previsto para o Instituto é de R\$ 1,2 bilhão, o dobro do orçamento previsto para 2019. Além disso, a gestão indireta desorganiza a rede de saúde, criando fluxos e barreiras que impedem o acesso das pessoas aos seus direitos.

Ao contrário das promessas acerca da efetividade do IGES-DF, a atenção secundária e terciária se mantém caótica, com prejuízos relevantes ao acesso da população aos serviços, redução na produtividade de procedimentos que anteriormente eram referenciados ao DF - tal qual o tratamento por radioterapia - , crescentes filas de UTI e manutenção da estatística de morte.

A Atenção Primária, depois de uma reorganização autoritária conduzida por Rollemberg, que não dialogou com os profissionais, enfrenta dificuldades, com recursos insuficientes. Na prática, a secretaria abandonou os Agentes Comunitários de Saúde que chegavam até as casas das pessoas. As equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) sofrem com a falta de infraestrutura, com espaço físico inadequado para a prestação dos serviços, falta de insumos, um insuficiente sistema informatizado de dados, falta de equipamentos e falta de segurança para os servidores.

A regionalização e a descentralização deveriam ser capazes de oferecer respostas às necessidades dos territórios, mas não se consolidam como deveriam.

A Saúde Mental está em situação caótica. É cada vez maior a demanda por serviços públicos, evidenciada pelas atividades do Setembro Amarelo. Na contramão do que seria esperado, a Secretaria de Saúde insiste em manter o manicômio São Vicente de Paulo aberto, não constrói os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) previstos pela Rede de Atenção Psicossocial, sucateia os CAPS existentes. A solução imediatista é dopar toda a população com drogas psiquiátricas que, sem nenhuma preocupação em tratar as causas do sofrimento, muitas vezes só servem para dar lucro às indústrias farmacêuticas.

Os Conselhos de Saúde encontram dificuldades. A SES não respeita as suas deliberações, tampouco oferece condições mínimas de funcionamento.

Os sindicatos das categorias de saúde se afastaram da defesa do SUS, defendendo planos de saúde para os servidores, hospitais exclusivos para servidores, gratificações ou disputas por aumentar atribuições de forma corporativa.

Diante desse contexto, o PSOL precisa se organizar em torno das seguintes tarefas para o período de 2020 a 2023:

- O mandato do PSOL na CLDF deve atuar de maneira articulada ao setorial, construindo conjuntamente ações de fiscalização, projetos de lei e audiências.
- A militância do partido deve estar apropriada do debate sobre saúde, com o setorial organizando campanhas, formações e debates sempre que necessário.
- Dialogar com a população sobre as atuais pautas da saúde no DF em todas oportunidades possíveis.
- Derrubar o IGES-DF.
- Ocupar e fortalecer Conselhos de Saúde e Sindicatos.